

# PREGÃO ELETRÔNICO

**90006/2026**

## CONTRATANTE (UASG)

**(380168- Complexo Penal de Valparaíso)**

## OBJETO

**Aquisição de materiais de expediente e informática, materiais para conservação e manutenção predial, ferramentas e materiais de apoio operacional para atendimento das necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.**

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 88.472,79**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **02/07/2026 às 09h** (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**Menor preço, por item**

## MODO DE DISPUTA:

**Aberto**

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	14
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	14
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	17

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA****COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMPLEXO PENAL DE VALPARAÍSO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo Administrativo nº ~~006.00108346/2026-33~~ – Código Único ~~20260247974~~)

Torna-se público que o(a) *Secretaria da Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste,*, por meio do(a) **Complexo Penal de Valparaíso – Seção de Finanças e Suprimentos**, sediado(a) *Estrada Municipal VPS 012/ VPS 351 – Km 02 – Bairro Valdevino de Souza Pacheco – Valparaíso/SP*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é ***a aquisição de materiais de expediente e informática, materiais para conservação e manutenção predial, ferramentas e materiais de apoio operacional destinados ao atendimento das necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso*** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. ***A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.***

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. ***A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.***

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, quando aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007..*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para todos os itens do certame (01 a 68), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte .

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **Valor unitário e total do item;;**

5.1.2. **Marca;**

5.1.3. **Fabricante;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0.01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. *Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*



6.18.1. *Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

6.18.2. *A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

6.18.3. *Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

6.18.4. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

6.18.5. *Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de

Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. ***A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.***

8.15.1. ***Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.***

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** ***A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.***

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* [financas@pvalp.sap.sp.gov.br](mailto:financas@pvalp.sap.sp.gov.br) ou [thiagojunqueira@sp.gov.br](mailto:thiagojunqueira@sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

*12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): [financas@pvalp.sap.sp.gov.br](mailto:financas@pvalp.sap.sp.gov.br) e [thiagojunqueira@sp.gov.br](mailto:thiagojunqueira@sp.gov.br) sem prejuízo da utilização dos mecanismos próprios disponibilizados no sistema eletrônico em que será realizado o certame*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e nos sítios eletrônicos do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e do [Compras.gov.br](#)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a formalização da contratação em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de extinção da contratação formalizada com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

**14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**

14.16.2. **ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;**

14.16.3. **ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;**

14.16.4. **ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

14.16.5. **ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);**

**14.16.6. ANEXO VII – Planilha orçamentária;**

**Valparaíso, 18 de junho de 2026.**

**THIAGO GONFIANTINI JUNQUEIRA**

**Chefe de Departamento**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## ESP-PENIT. DE VALPARAISO

## Termo de Referência 26/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
26/2026	380168-ESP-PENIT. DE VALPARAISO	JOYCE FABIANA MACHI	15/06/2026 14:49 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	65/2026	006.00108346/2026-33

## 1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de materiais de consumo diversos destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais, de manutenção predial, de tecnologia da informação, de apoio institucional e de suporte às atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, compreendendo a Penitenciária de Valparaíso e o Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	QUANT.	UNID. FORN.	DISCRIMINAÇÃO DA MERCADORIA	CÓD. SIAFISIC	CÓD. COMPRAS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	10	Unid.	Bateria para Microcomputador; Marca Pc; Modelo Cr-2032; Tipo Litium; Tensao Nominal 3 V; Intensidade Da Corrente 4,5 A; Garantia 12 Meses; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr7039; Conama 401/2008;	1465015	341070	R\$ 1,99	R\$ 19,90
2	10	Unid.	Caixa de Som para Computador; 220w (pmpo), Rms 10w, Sensibilidade &#8805;60db, r de Ruído &#8805;40db, Com Protecao Magnetica; Liga /desliga (push-boton), Led Indicador e Botao de Volume, Entrada para Fone de Ouvido 3.5mm; Com Manual Tecnico, Cabo de Alimentacao 1,40m, Cabo de Audio 1,35m; Alimentacao Via Usb, Resposta de Frequencia 140hz- 18khz; Na Cor Preta; Garantia 12 Meses;	3773205	601774	R\$ 32,00	R\$ 320,00
			Conectores; para Placa de Rede; Modelo Rj45 de Passagem (vazado) Macho; Embalagem				

3	200	Unid.	Apropriada; Em Pvc, Categoria 5e, Padrões de Montagem T568a Et568b, 8 Vias; Garantia 12 Meses;	6100759	448853	R\$ 0,29	R\$ 58,00
4	20	Unid.	Conectores; de Fibras Opticas a Unidade Epon; Modelo Sc/pc Padrao Sfp; Padrao Ieee 802.3ah; Garantia de 12 Meses;	5635543	354402	R\$ 6,10	R\$ 122,00
5	2	Unid.	Disco Rigido; Padrao Sata Iii, Nas Compativel Com Storage Ts451+, Tamanho de 3,5, Memoria Cache No Minimo 256mb; de 6tb, Limite de Carga de Trabalho de No Minimo 180tb/ano; de 7.200 Rpm, Taxas de Dados Sustentadas de No Min180 Mb/s e Taxa Max de Transf de Dados de 6 Gb/s; Garantia de 12 Meses;	6487858	461344	R\$ 1.789,95	R\$ 3.579,90
6	10	Unid.	Disco Rigido; Padrao Ssd, Com Interface de Conexao Sata Iii (06 Gb/s); de 512 Gb, Tamanho de 2.5", Velocidade de Leitura De550 Mb/s, Velocidade de Gravacao de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses; Com Software de Clonagem;	6409784	627101	R\$ 455,99	R\$ 4.559,90
7	20	Unid.	Dispositivo de Armazenamento; Pen Drive, Usb 2.0, Na Cor Preta; Com Capacidade de 64 Gb;	5458366	443472	R\$ 38,49	R\$ 769,80
8	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L380, Ref. T664120al (664); Na Cor Preta; Frasco Com 70 Ml; Original do Fabricante do Equipamento, Componentes 100% Novos; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	5272173	460305	R\$ 101,99	R\$ 203,98
9	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia T664220al (664); Na Cor Ciano; Frasco Com 70 Ml; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima 12 Meses Da Data de Entrega;	6205305	461025	R\$ 42,00	R\$ 84,00
10	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664320al (664); Na Cor Magenta; Frasco Com 70 Ml; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	6205291	461024	R\$ 59,00	R\$ 118,00
11	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664420al (664); Na Cor Amarela; Frasco Com 70 Ml; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	6205259	466803	R\$ 48,89	R\$ 97,78
			Cartucho de Toner Compativel para Impressora; Hp;Codigo de Referencia : Ce285a; Utilizado para Serie : Laserjet P1102/m1132/m1212/m1214 /m1217; Na Cor Preta; Fabricado Com				



12	5	Unid.	Componentes 100% Novos; Com Capacidade para Imprimir 1.600 Paginas; Atendendo Norma Abnt 19798/11; Com Validade Minima,a Partir Da Data de Entrega de 12 Meses; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem;	4643852	468163	R\$ 51,69	R\$ 258,45
13	20	Unid.	Mouse; Confeccionado Em Plastico Na Cor Preta; Sensor C/rastreamento 1:1;ips de 400+ Resolução Dpi de 100 a 16000, Com Microprocessador 32 Bits Arm; Com 6 Botoes Programaveis; Com Botão para Controle de Dpi: 800/1200/1600 Dpi (ajustavel); Compativel Com Windows7. Windows 8, Windows 10 Ou Posterior; Com Conector Usb, Cabo de 2,10 m; Resolucao 16000 Dpi, Tx de Transmissão 1000hz, 1ms, 16bits/eixo, Com Rgb e Tensionamento Mecânico Nos Botões; Garantia 12 Meses;	6110371	457752	R\$ 28,06	R\$ 561,20
14	20	Unid.	Teclado para Microcomputador; Multimidia, Na Cor Preta, Com Pes de Apoio para Elevacao e Teclado Numerico; Teclas de Funcao Na Posicao Horizontal; Disposicao Das Teclas Padrao Abnt2, 108 Teclas do Tipo Chiclete, Teclas de Atalho,volume, Mudo, Leitura/pausa, Retrocesso/avanco; Com Conector Usb; Garantia 12 Meses; Norma Abnt2;	6112498	451819	R\$ 49,95	R\$ 999,00
15	7	Unid.	Placa de Rede; Interface de Comunicacao de Rede Local; Barramento Pci 32 Bits; 10/100/1000 Mbps; Padrao Dos Conectores 01 Rj-45; Leds Indicadores para Link/atividade; Protocolos Suportados Ethernet, Fast Ethernet e Gigabit Ethernet; Sistema Operacional Compativel Windows 7/8.1/10 (x86 /x64); Normas Ieee 802.3, 802.3u, 802.3ab; Garantia 12 Meses; Com Manual; Com Drivers de Instalacao;	5363128	265136	R\$ 98,75	R\$ 691,25
16	7	Unid.	Switch; Rede Local; Tipo Não Gerenciavel; Fonte de Energia Externa Saída 5vdc/0.6a; Com 8 Portas 10/100/1000mbps Rj-45; Ieee 802.3i 802.3u 802.3 ab 802.3x Interface 8x 10/100/1000mbps Autonegociação/auto Mdi/mdix; Leds de Sinalizacao para Atividade do Link, Escalona Sp e Wrr Individual P/porta Gvrp; Recon e Atrib Auto Voice Vlan; Garantia Minima de 12 Meses.; Acompanhado de Manuais de Operacao, Instalacao e Configuracao Em Portugues/ingles;	6216064	625872	R\$ 94,00	R\$ 658,00
17	20	Unid.	Maquina de Calcular; de Mesa, Eletronica; Comum, Na Cor Preta; Medindo Minimo 14,9cm x 12cm (axl); Contendo As Funcoes Gt, Apaga Ultimos Caracteres, Correcao de Digitacao, Duplo Zero; Contendo 4 Operacoes, Arredondamento, Raiz Quadrada, Somatoria Total; Visor Em Cristal Liquido, Visor Inclinado; Com No Minimo 12 Digitos;	6038662	610264	R\$ 29,40	R\$ 588,00

			Sem Bobina; Alimentacao Solar e Por Bateria, Nao Recarregavel; Garantia Com Validade Minima de 12 Meses a Partir Da Data Da Entrega;				
18	50	Unid.	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequeno - Aa; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Abnt 11175/90, Validade Minima de 12 Meses No Atoda Entrega;	6375006	419859	R\$ 2,40	R\$ 120,00
19	10	Unid.	Relogio de Escritorio; de Polipropileno, Com Aro Preto, Vidro Frontal de Protecao, Mostrador Branco; Modelo Parede, medindo Aproximadamente 25 Cm de Diametro; Funcionamento a Pilha do Tamanho Aa; Mostrador Com Numeros Inteiros, Preto, ponteiros de Horas, minutos e Segundos;	4648919	324259	R\$ 45,00	R\$ 450,00
20	2	Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital (telefone Com Base + 2 Ramais); Antena Interna Roaming e Handover; Operando Na Frequencia de 1,9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregavel 600 Mah; Com Alacance Em Ambiente Fechado de 50 M; Com Alcance Em Ambiente Aberto de 300 M; Posicao de Mesa; Com Capacidade para No Minimo 35 Posicoes Na Armazenagem de Ligacoes; Com Viva Voz; Com Tempo de Flash 100, 300, 600 Ou 900ms; Preto; Com Display Luminoso; Com Conexao para Conector 3.5 Mm; Com Garantia de No Minimo 1 Ano; Homologado de Acordo Com Resolucao Da Anatel N° 242;	5002168	486798	R\$ 271,00	R\$ 542,00
21	10	cx. 1 Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital; Operando Na Frequencia de 1.9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregavel; Com Capacidade para No Minimo 70 Contatos; Com Viva Voz; Com Identificador de Chamada; Com Display Luminoso 1,5 "; Com Garantia de No Minimo 12 Meses; Homologado de Acordo Com Resolucao Anatel 715;	6189296	360028	R\$ 153,00	R\$ 1.530,00
22	10	Unid.	Telefonia; Telefone, Mesa e Parede; Com Teclado Decadico; 5 Funcoes (flash, Tom, Mudo, Pausa e Rediscar); 2 Ou 3 Niveis de Volume e Tonalidade de Melodia, Sinalizacao de Linha Pulso e Tom; Tempo de Flash 100 a 300 Ms, Plug Padrao Telebras, Nas Cores Bege, Gelo Ou Artico; Conforme Ee-98302xx/756-001 do Metro;Codigo de Material do Metro - 4tf443268;	2596407	232941	R\$ 65,90	R\$ 659,00
23	20	Unid.	Bateria para Radiocomunicador Portatil; Marca Motorola, Modelo Apx 2000, Codigo Original Nntn8128br, 2000mah, 14.8wh; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Resolucao Conama N° 257 de 30/06/99;	5634423	623532	R\$ 239,00	R\$ 4.780,00

24	20	Unid.	Lanterna Tática; Fabricada Em Alumínio Anodizado Preto; Com Potência de No Mínimo Fluxo Luminoso: 11.000 Lumens; Com Autonomia de No Mínimo 90hs; Com Alimentação de Entrada Usb - Recarregável; No Comprimento Aproximado de 18 e 22 Cm; Com Peso de Aproximadamente Variável; Lâmpada de Cree Led T6; Lente Composta de Transparente; Com Resistência a Impactos, Corrosão, Riscos e Água, Com Anéis de Vedação; Na Cor Preto Fosco Predominante; Botão de Acionamento de Tipo Liga/desliga Emborrachado, Com Opções de Intensidade e Estrobo; Com Acabamento Anodizado; Com Acessórios de Carregador Bivolt; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Legislação Vigente, Garantia Mínima de 12 Meses;	6477844	430628	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
25	150	Unid.	Soquete para Lâmpada; Incandescente; de Porcelana; Material Interno Metal Condutor; Rosca Redondo; 250 V.; Tamanho E27; Norma de Especificação Conforme Nbr Vigente;	6384692	402154	R\$ 6,60	R\$ 990,00
26	100	Unid.	Tomada Elétrica; de Termoplástico; de De Sobrepor; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrão Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Elétrica de 10a - 250v; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes;	5806593	460971	R\$ 8,00	R\$ 800,00
27	10	Unid.	Massa Plástica; Composta de Resina Poliéster; para Vedação e Reparos Em Superfícies, Em Conformidade Com Nbr14725; Embalado Em Lata, Com Validade Mínima de 9 Meses; Com Capacidade para 400 G, Deverá Ser Entregue Acompanhada de Ficha Fispq;	470511	605486	R\$ 28,25	R\$ 282,50
28	1	Unid.	Tanque para Lavar Roupa; de Polipropileno Resistente a Ação de Produtos Químicos; Possui Aditivo Anti-uv; No Formato Retangular; Com Dimensões de 55 x 47 Cm (cxl); Cuba Medindo 31,1 Cm (a); Fixação Na Parede; Acompanha Válvula de Diâmetro de 1 1/4", Parafusos para Fixação, Tampa de Válvula e Dois Espacadores; Capacidade: Volume Util Min. 19lts, Volume Total 34lts; cor: Branco; Porta-sabonete; garantia 3 Meses;	5932106	603841	R\$ 392,50	R\$ 392,50
			Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintético, Desempenho Premium, Diluição Em Água, Sem Cheiro; para Uso Externo e Interno; a Base de				

29	45	Galão	Resina Acrilica Modificada, Pigmentos, Microbicidas Nao Metalicos, Outros Aditivos e Agua; Rendimento Minimo de 55m2/galao/demao, viscosidade entre 75 a 85uk; Na Cor Marfim Notacao Ral 1014 (comercialmente Marfim 0668); Acabamento Brilhante, Secagem Rapida Ao Toque de No maximo 1 Hora, devendo Apresentar a Ficha Tecnica; e Ficha Fispq do Produto, Com Prazo de Validade Minimo 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma de Classificacao Abnt Nbr 11702 Tipo 4.2.1.2 Ou Superior;	5017793	226412	R\$ 94,90	R\$ 4.270,50
30	10	Lata 18 Litros.	Tinta para Pisos e Pavimentos; Resina Acrilica Estirenada a Base de Solvente; Resistencia a Abrasao e Intemperies; Acabamento Antiderrapante; para Pintura C/ Medio e Alto Volume de Trafego; Indicada para Aplicação Em Pavimentos Betuminosos e de Concreto; Na Cor Cinza Escuro (munsell: n 3,5); Com Tempo de Secagem Secagem Rapida "no Pick-up Time" Maximo de 20 Minutos (conforme Nbr. 11862); Fornecida Em Galao de 18 Litros;	3382842	281802	R\$ 291,45	R\$ 2.914,50
31	200	Unid.	Torneira; de Polipropileno; Com Acabamento Na Cor Branca; Volante No Modelo Universal, Com 11 Cm de Comprimento; Bica do Tipo Fixa Com Arejador; Fixacao Em Parede; Com Encaixe 1/2 Polegada; Bitola Da Saida 1/2 Pol.; Utilizada Em Lavatório; Com Garantia de 01 Ano.;	4500938	263746	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
32	20	Unid.	Trena; Em Fita de Aco, Largura Minima 19mm; Com Trava de Botao, Graduacao Em Escala Metrica Epolegadas, Retorno Automatico, Ponta Magnetica; 5 Metros;	5984734	393216	R\$ 17,50	R\$ 350,00
33	1	Jogo 176 peças	Caixa de Ferramenta; de Aco, Pintura Eletrostatica, dimensoes Aprox.530x220x350, Caixa Sanfonada Com 7 Gavetas e 176 Pecas; Conj 9 Chaves Trafix, 3 Juntas Universal, 4 Cabost, 3 Catracas, 2 Adaptador p Bits.; 1 Chave p Soquete, 1 Jogo de Chaves Hexagonais 9 Peças 1.5 Ate 10m; 12 Chaves Combinadas 8 a 19mm, 106 Soquetes, Bits 24, Ferramentas Acompanham a Caixa; Preta;	6525350	636702	R\$ 582,33	R\$ 582,33
			Jogo de Ferramenta; Kit de Ferramentas; Em Aco Cromo/vanadium; Composta de 200 Pecas Com Garantia Minima de 06 Meses; Acondicionado Em				

34	1	Unid.	Maleta Propria; Contendo :chave Inglesa, Puncao, Alicate, Pinca, Catraca P/ Chave de Fenda, Trena 5mt; Fixador de Soquete, Bit Flexivel de 300mm., Mini Lanterna, Estilete, Calibrador de Profundidade; Nivelador, Broca Guia Serra Copo, Escareador, Chave Allen 2,5 P/ Limit.de Profundidade,soquetes; Porta Bits Engate Rapido, Limit.de Profundidade, chaves Soquetes,bits de Parafusadeira 25,50,100 Mm; Brocas Hss-tin, Brocas P/ Madeira, Brocas P/ Concreto, Brocas Chatas, Kit Serra Copo;	4616367	604418	R\$ 650,00	R\$ 650,00
35	40	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 25 Mm; Altura Minima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Minima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aco Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Minima de Aproximadamente 17 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de Aproximadamente 13,3 Mm; Espessura Minima de Aproximadamente 4,5 Mm; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4307739	476081	R\$ 19,00	R\$ 760,00
36	20	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 60 Mm; Altura Minima de 47 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 35 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 33 Mm; Espessura Minima de 10 Mm; Com 16 Pinos; Com Chave Tipo Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	4426274	618849	R\$ 60,66	R\$ 1.213,20
37	10	Embalagem 6 unidades	Caneta Marca Texto; Corpo de Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5 Mm; Kit Com Cores Sortidas; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes;	5414792	338120	R\$ 16,10	R\$ 161,00
38	10	Caixa 12 Unid.	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	5898129	321034	R\$ 28,48	R\$ 284,80
39	20	Unid.	Corretivo de Papelaria; Em Fita; para Correcao de Textos; Formato Ergonomico Com Tampa Protetora, Medindo (5mm x 5,5m); e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	6141536	624178	R\$ 11,98	R\$ 239,60

40	10	Embalagem 10 unidades	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (12mm x 10m) (larg.x Compr.); Em Cores Sortidas; Tipo Comum;	6251412	628550	R\$ 29,42	R\$ 294,20
41	40	Rolo 50 Metros	Fita Autoadesiva para Vedacao; de Papel, Tipo Crepe, Com Dorso de Papel Crepado Tratado; Com Largura de 50mm; Acondionada Em Rolo; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	6132049	626828	R\$ 16,47	R\$ 658,80
42	20	Unid.	Grampeador Automatico; de Mesa, Compacto; Acionamento Automatico; Estrutura Metalica; Corpo Na Cor Preta; Medindo 13.5 Cm de Comprimento; Base de Borracha; Capacidade para Grampear Capacidade para Grampear 20 Folhas (papel 75 G /m2); Ajuste de Profundidade e do Tipo de Grampeamento; Grampo 26/6; Sistema Magnetico de Velocidade 1/100 Segundos; Manual; Com Garantia de 2 Anos a Partir Da Data de Entrega;	5183227	310234	R\$ 44,49	R\$ 889,80
43	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo (205x297)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50 Folhas (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g /m2;	4346343	463287	R\$ 19,00	R\$ 570,00
44	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x297)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100 Fls (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	4348400	463284	R\$ 19,05	R\$ 571,50
45	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x300)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 200 Folhas, Numeradas; Papel Off- set, Pesando 56g/m2;	3160947	463253	R\$ 40,90	R\$ 1.227,00
46	10	Unid.	Organizador de Mesa; de Acrylic; Com Compartimento para Com 5 Divisórias; Tipo Simples; No Formato (17 x 11 x 10)cm; Transparente;	6540783	623142	R\$ 90,00	R\$ 900,00
47	30	Caixa 10 Resmas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	2903881	461828	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00

48	10	Pacote 500 Folhas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/-1,0), conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Amarela; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	1022750	461855	R\$ 38,56	R\$ 385,60
49	10	Caixa 10 Unid.	Pasta Corrugada; de Polipropileno; Com Aba e Elastico; Medindo 380 x 276 Mm; Lombada de 40mm; Na Cor Cristal Translucido;	4801490	625931	R\$ 66,99	R\$ 669,90
50	100	Unid.	Pasta Simples (papelao); de Cartao, Com Aba e Elastico; Pesando 300g/m2; Tamanho Oficio, Com Ilhoses de Metal; Na Cor Preta;	6077935	419779	R\$ 3,25	R\$ 325,00
51	20	Unid.	Prancheta Portatil; de Poliestireno (ps); Tamanho Oficio, Espessura 3mm; Com Prendedor Metalico, Com Regua; Na Cor Cristal;	6109314	439975	R\$ 10,92	R\$ 218,40
52	2	Caixa 12 Unid.	Umedecedor de Dedos; Suporte de Plastico, contendo 20g; Tipo Creme; Composto de Acido Graxo,glicos,coranteAlimenticio e essencia Aromatica;	1324926	386807	R\$ 35,00	R\$ 70,00
53	20	Unid.	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;	5260515	376175	R\$ 60,93	R\$ 1.218,60
54	1	Unid.	Rasqueadeira; para Caes, Com Cabo Removivel para Limpeza Da Lamina; Em Aco Inox;	2198665	296945	R\$ 59,50	R\$ 59,50
55	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Colete para Treinamento de Cães de Trabalho; Confeccionado Em Nylon, Com 4 Bolsos Frontais e Um Bolso Grande Na Parte Posterior, Alta Resistência; Nylon 240 Resinado, Velcro 25mm Premium, Meia Argola 16mm de Ferro, Linha Poliamida 40; Linha Poliamida 40, Fita de Nylon Cl 1,5cm, Espessura 2mm, Viés de Nylon 3cm, Viés de Nylon 2,5cm; Tela Vôlei (forro do Colete), Zíper Comum 65cm;	6536670	260484	R\$ 228,95	R\$ 228,95
56	1	Unid.	Focinheira; de Combate; de Couro, Com Revestimento Interno para Conforto,fivelas Latao, Rebites Anti Ferrugem; Contem Chapa Metalica Frontal para Treinamento Deprotecao; Tamanho "m", Indicada para Caes, Apropriada para Pastor Belga Malinois e Pastor Alemao, Acima 40kg;	5759390	335149	R\$ 78,99	R\$ 78,99



57	1	Unid.	Focinheira; Tamanho Nr 4, para Contencao de Caes de Porte Medio; Em Plastico Polipropileno, Em Forma de Cone, Com Toda Borda Protegida Por Borracha; Com Fecho Ajustavel Em Velcro Reforcado;	6317464	315469	R\$ 39,90	R\$ 39,90
58	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Guia de Treinamento; Confeccionada Em Fita Emborrachada,com Mosquetao de Latao Macico; Medindo 1,5metros;	6346456	624464	R\$ 103,00	R\$ 103,00
59	4	Unid.	Medicamentos de Uso Veterinario; Vacina 10 Plus para Caes, Contra Cinomose, Adenovirus Tipo 2, Parainfluenza,Parvovirus; Coronavirus e Leptospira Canicola-grippyphosa-icterohaemorrhagiae-pomona; a Fracao LiofilizadaCorrespondente a 1 Dose de 1ml e e Constituida Dos Virus Vivos; Apresentado Em Frasco Ampola de Po, e FrascoAmpola de Diluente Especifico, Nr do Lote e Data de Fabricacao;	5472849	439507	R\$ 78,26	R\$ 313,04
60	12	Saco 20 Kg.	Racao para Cao e Gato; Adulto de Trabalho, Super Premium, Seca, Extrusada; Composta de No Minimo Farinha de Visceras, Quirera de Arroz, Gordura Animal; Vitaminas Minimas: a 10800ui/kg, c 120mg/kg, D3 1000ui/kg,e 400ui/kg, B1, B2, B6 e B12; Condroitina, Glicosamina, Energia Metabolizavel Minima de 4000kcal/kg; Sodio, Potassio Minimo 4500mg/kg; Niveis de Garantia: Calcio Entre 7000mg/kg e 18g/kg; Fosforo Minimo 6000mg/kg; Umidade Maxima 120g/kg; Proteina Bruta Entre 280g/kg e 320g/kg; Extrato Etereo Entre 160g/kg e 220g/kg; Materia Fibrosa Entre 14g/kg e 40g/kg; Materia Mineral Maxima de 90g/kg; Sem: Antibiotico, Soja (exceto Proteina Hidrolisada), Corantes e Aromatizantes Artificiais; Com Validade Minima de 270 Dias Da Data Da Entrega; Embalado Em Em Polietileno Ou Polipropileno, Saco Com Fotoprotetor Ou Aluminizado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 30/2009 do Ministerio Da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento; Rotulagem Impressa Na Embalagem;	5592054	454130	R\$ 281,48	R\$ 3.377,76
61	100	Aerosol 360 Mililitro	Desodorizador Ambiental; Tipo Aerossol; Aroma Lavanda; Composto de Propelentes (isobutano e Propano) Monooleato Sorbitan, Fosfatos; Em Frasco de Alumínio, Que Mantenha a Integridadedo Produto; Produto Sujeito, Na Data Da Entrega, Aos Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	6120296	261168	R\$ 8,40	R\$ 840,00

62	100	Aerosol 360 Mililitro	Inseticida Domestico; Aerosol; Composto de Ingredientes Ativos:imiprotina 0,07%,cipermetrina 0,20%; Solvente,antioxidante,emulsificante,veiculo e Propelentes; P/ Controle de Insetos Rasteiros Como:baratas,formigas Doceiras,aranhas e Escorpioes; Aplicacao 360°; Embalado Em Embalagem Apropriada; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	6375804	436475	R\$ 17,84	R\$ 1.784,00
63	400	Bobina 3 quilograma	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,03micras; Transparente;	2149915	457815	R\$ 34,35	R\$ 13.740,00
64	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 30 Litros; Medindo (59 x 62)cm (l x A); Preto; Suportando 6 Kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	1520911	374970	R\$ 13,80	R\$ 2.760,00
65	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 50 Litros; Medindo (63 x 80)cm (l x A); Preto; Suportando 10 Kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	1539973	226093	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
66	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno, Reforcado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (l x A); Preto; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	1539990	626243	R\$ 32,77	R\$ 6.554,00
67	4	Unid.	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 245/70 R16; Construcão Radial Com Desenho Simetrico; Somente para Asfalto, Sem Camara, Aderencia Pistamolhada C, Ruído <72db, Resist. Rolamento C; Aro 16; Velocidade 't', Ic 111; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro e Conforme Sua Portaria 544/2012;	5367239	638523	R\$ 688,94	R\$ 2.755,76
68	20	Bobina 500 unidade	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno (virgem); Medindo (20x30)cm; Com Picote; Suportando Ate 1,5kg; Com Espessura de 0,03 Micras; Transparente;	2412640	309529	R\$ 18,90	R\$ 378,00

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021..

### **Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. Fundamentação e descrição da necessidade**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do **Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023**, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência

## **3. Descrição da solução como um todo**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e entregues em perfeitas condições de utilização.

4.1.2. Os produtos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, expedidas pelos órgãos oficiais competentes, tais como ABNT, INMETRO, ANATEL, ANVISA, MAPA e demais entidades reguladoras, quando cabíveis.

4.1.3. As embalagens deverão estar íntegras, adequadas ao transporte e armazenamento dos materiais, de modo a evitar avarias e perdas durante a entrega.

4.1.4. Quando aplicável, os produtos deverão observar a legislação ambiental vigente, inclusive as normas relativas à destinação ambientalmente adequada de resíduos, pilhas, baterias, equipamentos eletroeletrônicos e demais materiais sujeitos à logística reversa.

4.1.5. Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com prazo remanescente compatível com sua utilização pela Administração, observadas as exigências constantes das especificações de cada item.

4.1.6. Sempre que exigido pela legislação específica ou pela descrição do item, os materiais deverão possuir certificações, registros, homologações ou selos de conformidade emitidos pelos órgãos competentes.

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Não será admitida a indicação de marcas, características ou modelos específicos, devendo os produtos ofertados atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. Não há vedação prévia à contratação de marcas ou produtos específicos, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, requisitos de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **Da exigência de amostra(s)**

4.4. Não será exigida a apresentação de amostras dos produtos ofertados, tendo em vista que os itens objeto da contratação constituem bens comuns, cujas características e especificações podem ser objetivamente verificadas por meio da documentação técnica, catálogos, fichas técnicas, certificações e demais informações apresentadas pelos licitantes, bem como no momento do recebimento dos materiais.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, tendo em vista a natureza comum dos bens objeto da contratação e a inexistência de justificativa técnica que imponha tal exigência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS**

4.7. Não se aplica a reserva de cota prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que a natureza dos itens e a forma de contratação por item não recomendam o fracionamento do objeto, preservando-se a competitividade e a vantajosidade da contratação.

4.7.1. Permanecem assegurados os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas, quando cabíveis.

### **5. Modelo de execução do objeto**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias corridos de antecedência para que eventual pedido de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do Complexo Penal de Valparaíso, situado na Estrada Municipal VPS 12/ VPS 351 - km 02, Valparaíso/SP - CEP 16.880-901, ou em outro local indicado pela Administração no momento da emissão da Nota de Empenho.

5.4. Os produtos sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues com, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de entrega, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia dos bens será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das garantias contratuais e do fabricante eventualmente aplicáveis aos produtos fornecidos.

### **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez)** dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21.2. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, *[e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.22.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.22.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. Estimativas do valor da contratação**

**Valor (R\$):** 88.472,79

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 88.472,79 (oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos)**, conforme custos unitários constantes da planilha de formação de preços que integra o processo.

O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, mediante pesquisa de preços regularmente realizada e devidamente juntada aos autos do Processo SEI nº 006.00108346/2026-33.

## **10. Adequação orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

**I) Gestão/Unidade:** **380168** - Complexo Penal de Valparaíso;

**II) Fonte de Recursos:** 150.010.001;

**III) Programa de Trabalho:**

a) 14.421.3815.6146.0000 – Suporte Administrativo em Apoio – PTRES 380304;

b) 14.421.3815.6167.0000 – Conservação e Modernização de Unidades Prisionais e Sedes Administrativas – PTRES 380308;

c) 14.421.3815.6139.0000 – Serviço de Atenção e Custódia da População Privada de Liberdade – PTRES 380303;

d) 14.421.3815.6579.0000 – Provisão de Serviços e Necessidades Materiais Básicas – PTRES 380328.

IV) Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo;

V) Plano Interno: 009.003.0710.

**Nota:** O presente Termo de Referência foi elaborado com base na minuta padrão de aquisição por licitação disponibilizada no Toolkit da Secretaria da Administração Penitenciária, versão atualizada de 07/01/2026, com as adequações necessárias às especificidades da presente contratação. (<https://compras.sp.gov.br/agente-publico/toolkits-documentos-padronizados/>).

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho o Termo de Referência elaborado para análise e manifestação do Serviço de Administração.

**JOYCE FABIANA MACHI**

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:35:31.*

Despacho: Após análise, manifesto-me favoravelmente ao Termo de Referência, por atender às exigências legais e administrativas aplicáveis à contratação.

**GLAUCE MARTINELLI QUEIROZ BONATTO**

Chefe de Serviço de Administração



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:40:24.*

Despacho: Aprovo o Termo de Referência e autorizo o prosseguimento da instrução processual para realização do Pregão Eletrônico.

**THIAGO GONFIANTINI JUNQUEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:49:46.*

**Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar**

## ESP-PENIT. DE VALPARAISO

**Estudo Técnico Preliminar 15/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00108346/2026-33

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, compreendendo o Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso e a Penitenciária de Valparaíso, mediante a aquisição de materiais de consumo diversos destinados ao desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e de manutenção.

A demanda decorre da necessidade contínua de reposição dos estoques de materiais utilizados pelos diversos setores das unidades, considerando o consumo regular dos itens, o desgaste natural decorrente de sua utilização e a necessidade de manutenção de níveis adequados de abastecimento para atendimento das atividades institucionais.

Os materiais abrangem itens de expediente, suprimentos e periféricos de informática, materiais destinados à manutenção predial, elétrica e hidráulica, ferramentas e demais insumos de apoio operacional, indispensáveis ao funcionamento dos setores administrativos, à conservação da infraestrutura física e tecnológica e à execução das atividades de suporte desenvolvidas no âmbito das unidades prisionais.

A ausência desses materiais poderá comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais, dificultar a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva, ocasionar desabastecimento dos setores e gerar prejuízos à conservação do patrimônio público e à eficiência dos serviços prestados.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a adequada manutenção das instalações e equipamentos e o regular funcionamento das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Seção de Finanças e Suprimentos	Joyce Fabiana Machi

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. A contratação tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo diversos destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de manutenção das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Os materiais a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas usuais de mercado, observando padrões mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e funcionalidade compatíveis com as necessidades da Administração.

Os produtos deverão ser novos, sem uso anterior, entregues em perfeitas condições de utilização, acondicionados adequadamente para transporte e armazenamento, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

Quando aplicável, os materiais deverão possuir garantia do fabricante contra defeitos de fabricação, bem como atender às normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes e à legislação pertinente.

A futura contratação deverá assegurar o fornecimento integral dos itens adjudicados, observando os prazos, condições de entrega e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

Por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, a seleção do fornecedor dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os requisitos estabelecidos mostram-se suficientes e necessários para atendimento da necessidade administrativa identificada, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Em atendimento ao disposto no Decreto Estadual nº 68.017/2023, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade identificada, visando verificar a solução mais adequada para suprimento dos materiais necessários às atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Verificou-se que os materiais objeto da contratação são amplamente ofertados no mercado por diversos fornecedores, possuindo especificações técnicas usuais e padronizadas, circunstância que favorece a competitividade e possibilita a definição objetiva dos requisitos de contratação.

Foram analisadas as possíveis formas de atendimento da demanda, incluindo a utilização de estoques existentes, compartilhamento de materiais com outras unidades e aquisição dos itens necessários. Constatou-se que os estoques atualmente disponíveis não são suficientes para suprir as necessidades projetadas para o período da contratação e que o compartilhamento de materiais com outras unidades não se apresenta como solução adequada, em razão das necessidades próprias de abastecimento de cada estabelecimento prisional.

Considerando que os materiais possuem natureza consumível, utilização contínua e necessidade de reposição periódica, concluiu-se que a aquisição dos itens constitui a solução mais adequada, eficiente e economicamente viável para atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de manutenção das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Dessa forma, não foram identificadas alternativas mais vantajosas ou tecnicamente adequadas para atendimento da necessidade administrativa, recomendando-se a realização de procedimento licitatório para aquisição dos materiais pretendidos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório para aquisição de materiais de consumo diversos destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de manutenção das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, compreendendo o Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso e a Penitenciária de Valparaíso.

A contratação contempla materiais de expediente, suprimentos e periféricos de informática, materiais destinados à manutenção predial, elétrica e hidráulica, ferramentas e demais insumos de apoio operacional, conforme especificações e quantitativos definidos pela Administração.

Considerando as características do objeto, foram avaliadas as formas de contratação previstas na legislação vigente, verificando-se que os materiais pretendidos possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, enquadrando-se como bens comuns, nos termos dos artigos 6º, inciso XIII, e 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nesse contexto, a modalidade Pregão Eletrônico mostra-se a solução mais adequada para a seleção dos fornecedores, por proporcionar ampla competitividade, isonomia entre os participantes, transparência, celeridade processual e potencial obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. As demais modalidades licitatórias não apresentam vantagens adicionais compatíveis com as características do objeto, razão pela qual não se mostram mais adequadas para a presente contratação.

A contratação será processada com critério de julgamento pelo menor preço por item, possibilitando a participação de fornecedores especializados nos diversos segmentos abrangidos pelo objeto, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção de melhores condições para a Administração.

A solução adotada permitirá o abastecimento regular dos setores administrativos, operacionais e de manutenção das unidades, assegurando a continuidade das atividades institucionais, a adequada conservação da infraestrutura física e tecnológica e a manutenção dos serviços públicos prestados no âmbito do sistema prisional.

Dessa forma, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico para aquisição dos materiais pretendidos constitui solução tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa para atendimento das necessidades do Complexo Penal de Valparaíso.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos a partir dos levantamentos realizados junto aos setores requisitantes das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, considerando as necessidades administrativas, operacionais e de manutenção identificadas para o período da futura contratação.

Na definição das quantidades foram observados, sempre que aplicáveis, o histórico de consumo dos materiais, a reposição dos estoques existentes, as demandas apresentadas pelos setores usuários, a frequência de utilização dos itens e a previsão de consumo durante a vigência da contratação.

O dimensionamento dos quantitativos buscou assegurar o abastecimento regular das unidades, evitando desabastecimentos que possam comprometer a continuidade das atividades institucionais, bem como aquisições superiores às efetivamente necessárias, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Os quantitativos estimados para a presente contratação encontram-se detalhados no **Anexo I – Demonstrativo dos Quantitativos Estimados**, parte integrante deste Estudo Técnico Preliminar, elaborado com base nas necessidades apresentadas pelos setores requisitantes das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 88.472,79

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância ao disposto no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ao Decreto Estadual nº 67.888, de 06 de outubro de 2023, mediante realização de pesquisa de preços junto ao Sistema Compras.gov.br, utilizando-se como parâmetro contratações públicas similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública.

Para definição dos preços estimados foi adotada a **mediana dos valores válidos obtidos na pesquisa**, metodologia que proporciona maior confiabilidade à formação dos preços de referência, reduzindo eventuais distorções decorrentes de valores excessivamente elevados ou reduzidos.

A estimativa considerou os quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e constantes do Anexo I – Demonstrativo dos Quantitativos Estimados, refletindo as necessidades projetadas das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso durante a vigência da futura contratação.

Conforme demonstrado na Planilha de Pesquisa de Preços e no Mapa Comparativo que instruem os autos, o **valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 88.472,79 (oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos)**.

Registra-se que a pesquisa de preços foi realizada previamente à instauração da fase externa do certame, observando critérios objetivos, fontes idôneas de consulta e metodologia compatível com a natureza dos itens pretendidos, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em observância ao disposto no artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, foi avaliada a necessidade de parcelamento da contratação sob os aspectos técnicos e econômicos.

Verificou-se que os materiais pretendidos possuem características distintas e pertencem a diferentes segmentos de mercado, abrangendo materiais de informática e telecomunicações, suprimentos de impressão, materiais de manutenção predial, elétrica e hidráulica, ferramentas, materiais de expediente, materiais destinados ao canil institucional, materiais de limpeza e acondicionamento, entre outros.

Diante da diversidade dos itens, conclui-se pela viabilidade e conveniência do **parcelamento do objeto por item**, possibilitando a participação de maior número de fornecedores especializados, ampliando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção de lote único poderia restringir a participação de potenciais fornecedores, tendo em vista que nem todos atuam nos diversos segmentos abrangidos pela contratação, circunstância que poderia comprometer a competitividade e a economicidade do certame.

Ressalta-se que o parcelamento refere-se exclusivamente à forma de disputa e julgamento da licitação, não implicando fornecimento parcelado dos materiais. A execução contratual ocorrerá mediante **entrega única**, em prazo a ser definido no Termo de Referência, considerando que os quantitativos estimados destinam-se à recomposição dos estoques e ao atendimento das necessidades atuais das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto por itens, aliado à entrega única dos materiais, constitui a solução mais adequada sob os aspectos da competitividade, economicidade, eficiência administrativa e interesse público.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação não possui dependência direta de outras contratações para sua execução, tratando-se de aquisição autônoma destinada ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e de manutenção das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Contudo, a contratação apresenta correlação com outras aquisições e contratações rotineiramente realizadas pela Administração para manutenção das atividades institucionais, tais como aquisição de equipamentos de informática, contratação de serviços de manutenção predial, elétrica e hidráulica, fornecimento de materiais de limpeza e higiene, bem como demais contratações destinadas ao suporte das atividades administrativas e operacionais das unidades prisionais.

Tais contratações, embora relacionadas ao mesmo ambiente operacional, possuem objetos distintos e independentes, não configurando condição necessária para a viabilidade ou execução da presente contratação.

Dessa forma, conclui-se que não existem contratações interdependentes cuja realização constitua requisito para a efetiva execução do objeto ora pretendido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e operacional das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, estando relacionada à necessidade contínua de manutenção das atividades institucionais, do adequado funcionamento dos setores administrativos e operacionais e da conservação da infraestrutura física e tecnológica das unidades prisionais.

A demanda foi formalizada por meio do respectivo Documento de Formalização de Demanda – DFD, elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 68.017/2023, tendo sido identificada a necessidade de aquisição de materiais de consumo indispensáveis ao desenvolvimento das atividades do Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso e da Penitenciária de Valparaíso.

**A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Unidade Gestora, evidenciando sua compatibilidade com o planejamento das aquisições e contratações da Administração para o exercício correspondente.**

Além disso, a contratação guarda compatibilidade com as ações orçamentárias destinadas ao suporte administrativo, à manutenção e conservação das unidades prisionais e à execução das atividades finalísticas da Secretaria da Administração Penitenciária.

Dessa forma, verifica-se que a presente contratação está alinhada ao planejamento institucional da Administração, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e a adequada aplicação dos recursos públicos.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa proporcionar o adequado abastecimento das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, garantindo a disponibilidade dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais, de manutenção e de apoio institucional.

Como benefícios esperados, destacam-se:

- assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas no Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso e na Penitenciária de Valparaíso;
- manter níveis adequados de estoque dos materiais de consumo utilizados rotineiramente pelas unidades;
- garantir condições adequadas para execução de serviços de manutenção predial, elétrica e hidráulica, contribuindo para a conservação da infraestrutura física das unidades prisionais;
- proporcionar o adequado funcionamento dos equipamentos e recursos de tecnologia da informação utilizados pelas unidades;
- reduzir riscos de interrupção das atividades decorrentes da indisponibilidade de materiais essenciais;
- promover maior eficiência administrativa mediante o planejamento prévio das aquisições e a reposição regular dos estoques;
- assegurar melhores condições de trabalho aos servidores e apoio às atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito do sistema prisional;
- contribuir para a preservação do patrimônio público e para a adequada prestação dos serviços públicos sob responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária.

Dessa forma, a contratação pretende garantir o atendimento das necessidades institucionais das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, promovendo maior eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos, economicidade na gestão dos recursos públicos e atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração já adotou as principais providências relacionadas à fase de planejamento da contratação, mediante a formalização da demanda, elaboração do Documento de Formalização de Demanda – DFD e realização da pesquisa de preços, documentos constantes do Processo SEI nº 006.00108346/2026-33.

Como providências remanescentes, deverão ser concluídos os atos necessários à instrução da fase preparatória da licitação, compreendendo a finalização e aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaboração do Termo de Referência, reserva dos recursos orçamentários, quando cabível, e demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual nº 68.017/2023.

Posteriormente, deverá ser promovida a instauração e condução do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, observadas as disposições constantes da legislação vigente, bem como as orientações estabelecidas no Parecer Referencial NLC nº 01 /2025, desde que atendidos todos os requisitos para sua utilização.

Após a contratação, deverão ser designados os responsáveis pelo acompanhamento do recebimento dos materiais, conferência das especificações, verificação das quantidades entregues e ateste do cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Também deverão ser adotadas as medidas administrativas necessárias para recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos materiais às unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Considerando a natureza do objeto, não se vislumbra a necessidade de adequações estruturais, capacitação específica de servidores ou contratações complementares para viabilizar a solução pretendida.

Dessa forma, as providências necessárias restringem-se à conclusão da instrução processual, realização do Pregão Eletrônico e adoção dos procedimentos ordinários de gestão, recebimento e controle dos materiais adquiridos.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação contempla a aquisição de materiais de consumo diversos destinados ao atendimento das necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, incluindo materiais de informática, suprimentos de impressão, materiais de expediente, materiais elétricos, hidráulicos, ferramentas, pilhas, baterias, tintas, pneus e demais insumos de apoio operacional.

Os principais impactos ambientais potencialmente associados à contratação estão relacionados à geração de resíduos decorrentes do consumo e descarte dos materiais, especialmente cartuchos e toners para impressoras, pilhas e baterias, equipamentos e componentes de informática, embalagens plásticas, tintas, lâmpadas eventualmente associadas às atividades de manutenção e pneus inservíveis.

Visando minimizar tais impactos, a Administração observará, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, critérios de sustentabilidade previstos na legislação aplicável, exigindo que os produtos atendam às normas técnicas e regulamentares pertinentes, incluindo certificações, padrões de qualidade e exigências ambientais previstas nos respectivos descritivos dos itens.

Os resíduos gerados após a utilização dos materiais deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), da Resolução CONAMA nº 401/2008, quando aplicável, e demais normas ambientais vigentes.

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são aqueles normalmente associados ao consumo rotineiro de materiais utilizados pela Administração Pública, podendo ser mitigados mediante o uso racional dos recursos, adequada gestão dos estoques e correta destinação dos resíduos gerados.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos estudos realizados, nas informações constantes do Documento de Formalização de Demanda – DFD, na pesquisa de preços realizada, na análise das necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso e nas demais informações que compõem o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa** para a Administração.

A solução proposta atende às necessidades identificadas, apresenta compatibilidade com o planejamento institucional da Unidade Gestora, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 e possui estimativa de custos compatível com os preços praticados pela Administração Pública, conforme demonstrado nos autos do Processo SEI nº 006.00108346/2026-33.

A contratação contribuirá para a continuidade das atividades administrativas, operacionais, de manutenção predial, de tecnologia da informação e de apoio institucional desenvolvidas pelas unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, assegurando condições adequadas para a execução dos serviços públicos sob responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária.

Diante do exposto, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e continuidade do serviço público, **declara-se a viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento da instrução processual com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do Pregão Eletrônico.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminho o Estudo Técnico Preliminar, concluindo pela viabilidade da contratação e submetendo-o à análise do Serviço de Administração.

**JOYCE FABIANA MACHI**

Chefe de Finanças e suprimentos



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 08:46:01.*

Despacho: Após análise, manifesto-me favoravelmente ao Estudo Técnico Preliminar e ao prosseguimento da instrução processual.

**GLAUCE MARTINELLI QUEIROZ BONATTO**

Chefe de Serviço de Administração



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 09:06:12.*

Despacho: Aprovo o Estudo Técnico Preliminar e determino o prosseguimento da instrução processual para elaboração do Termo de Referência.

**THIAGO GONFIANTINI JUNQUEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 09:07:35.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Demonstrativo dos Quantitativos Estimados.pdf (158.76 KB)

## ANEXO I – DEMONSTRATIVO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### Pregão Eletrônico nº 90006/2026 – Complexo Penal de Valparaíso

##### 1. Finalidade

O presente Anexo integra o Estudo Técnico Preliminar elaborado para subsidiar a futura contratação de materiais de consumo diversos destinados ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais, de manutenção predial, elétrica e hidráulica, de tecnologia da informação e telecomunicações, de apoio institucional, de acondicionamento de materiais, de suporte ao canil institucional e de manutenção das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, composto pelo Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso e pela Penitenciária de Valparaíso.

Os quantitativos estimados representam a previsão de consumo necessária ao atendimento das demandas institucionais da Administração, tendo sido definidos com base nos levantamentos realizados junto aos setores requisitantes, no histórico de consumo dos materiais, na necessidade de recomposição e manutenção dos estoques mínimos operacionais e na previsão de utilização durante a vigência da futura contratação.

A relação dos materiais, respectivas unidades de fornecimento, quantitativos estimados e códigos de catalogação encontra-se detalhada na planilha abaixo, a qual constitui parte integrante deste Anexo e reflete as necessidades identificadas pelas unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.

Os quantitativos foram dimensionados em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, razoabilidade e continuidade do serviço público, visando assegurar o adequado abastecimento dos setores usuários e a manutenção das condições necessárias ao regular funcionamento das unidades prisionais.

ITEM	QUANT.	UNID. FORN.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CÓD. SIAFÍSICO	CÓD. COMPRAS GOV
1	10	Unid.	Bateria para Microcomputador; Marca Pc; Modelo Cr-2032; Tipo Litium;	1465015	341070
2	10	Unid.	Caixa de Som para Computador; 220w	3773205	601774
3	200	Unid.	Conectores; para Placa de Rede; Modelo Rj45 de Passagem (vazado) Macho;	6100759	448853
4	20	Unid.	Conectores; de Fibras Opticas a Unidade Epon; Modelo Sc/pc Padrao Sfp;	5635543	354402
5	2	Unid.	Disco Rigido; Padrao Sata Iii, Nas Compativel Com Storage Ts451+,	6487858	461344
6	10	Unid.	Disco Rigido; Padrao Ssd, Com Interface de Conexao Sata Iii (06 Gb/s); de 512	6409784	627101

			Gb, Tamanho de 2.5", Velocidade de Leitura		
<b>7</b>	20	Unid.	Dispositivo de Armazenamento; Pen Drive, Usb 2.0, Na Cor Preta; Com Capacidade de 64 Gb;	5458366	443472
<b>8</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L380, Ref. T664120al (664); Na Cor Preta; Frasco Com 70 Ml; Or	5272173	460305
<b>9</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia T664220al (664); Na Cor Ciano; Frasco Com 70	6205305	461025
<b>10</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664320al (664); Na Cor Magenta; Frasco Com	6205291	461024
<b>11</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664420al (664); Na Cor Amarela; Frasco Com	6205259	466803
<b>12</b>	5	Unid.	Cartucho de Toner Compativel para Impressora; Hp; Codigo de Referencia : Ce285a; Utilizado para Serie : Laserjet P1102/m	4643852	468163
<b>13</b>	20	Unid.	Mouse; Confeccionado Em Plastico Na Cor Preta; Sensor C/rastreamento 1:1;ips de 400+ Resolução Dpi de 100 a 16000, Com M	6110371	457752
<b>14</b>	20	Unid.	Teclado para Microcomputador; Multimidia, Na Cor Preta, Com Pes de Apoio para Elevacao e Teclado Numerico; Teclas de Fun	6112498	451819
<b>15</b>	7	Unid.	Placa de Rede; Interface de Comunicacao de Rede Local; Barramento Pci 32 Bits; 10/100/1000 Mbps; Padrao Dos Conectores 0	5363128	265136
<b>16</b>	7	Unid.	Switch; Rede Local; Tipo Não Gerenciavel; Fonte de Energia Externa Saída 5vdc/0.6a; Com 8 Portas 10/100/1000mbps Rj-45;	6216064	625872
<b>17</b>	20	Unid.	Maquina de Calcular; de Mesa, Eletronica; Comum, Na Cor Preta; Medindo Minimo 14,9cm x 12cm (axl); Contendo As Funcoes G	6038662	610264
<b>18</b>	50	Unid.	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequeno - Aa; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Abnt 11175/90,	6375006	419859

<b>19</b>	10	Unid.	Relógio de Escritório; de Polipropileno, Com Aro Preto, Vidro Frontal de Proteção, Mostrador Branco; Modelo Parede, medi	4648919	324259
<b>20</b>	2	Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital (telefone Com Base + 2 Ramais); Antena Interna Roaming e Handover; Operando Na	5002168	486798
<b>21</b>	10	cx. 1 Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital; Operando Na Frequência de 1.9 Ghz; Com Fonte de Alimentação Bivolt; Com Bateria	6189296	360028
<b>22</b>	10	Unid.	Telefonia; Telefone, Mesa e Parede; Com Teclado Decadico; 5 Funções (flash, Tom, Mudo, Pausa e Rediscar); 2 Ou 3 Níveis	2596407	232941
<b>23</b>	20	Unid.	Bateria para Radiocomunicador Portátil; Marca Motorola, Modelo Apx 2000, Código Original Nntn8128br, 2000mah, 14.8wh; e	5634423	623532
<b>24</b>	20	Unid.	Lanterna Tática; Fabricada Em Alumínio Anodizado Preto; Com Potência de No Mínimo Fluxo Luminoso: 11.000 Lumens; Com Aut	6477844	430628
<b>25</b>	150	Unid.	Soquete para Lâmpada; Incandescente; de Porcelana; Material Interno Metal Condutor; Rosca Redondo; 250 V.; Tamanho E27;	6384692	402154
<b>26</b>	100	Unid.	Tomada Elétrica; de Termoplástico; de De Sobrepor; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrão Brasileiro; Redondo	5806593	460971
<b>27</b>	10	Unid.	Massa Plástica; Composta de Resina Poliéster; para Vedação e Reparos Em Superfícies, Em Conformidade Com Nbr14725; Embal	470511	605486
<b>28</b>	1	Unid.	Tanque para Lavar Roupa; de Polipropileno Resistente a Ação de Produtos Químicos; Possui Aditivo Anti-uv; No Formato Ret	5932106	603841
<b>29</b>	45	Galão	Tinta Esmalte para Construção Civil; Sintético, Desempenho Premium, Diluição Em Água, Sem Cheiro; para Uso Externo e Int	5017793	226412
<b>30</b>	10	Lata 18 Litros.	Tinta para Pisos e Pavimentos; Resina Acrílica Estirenada a Base de Solvente; Resistência a Abrasão e Intempéries; Acaba	3382842	281802
<b>31</b>	200	Unid.	Torneira; de Polipropileno; Com	4500938	263746

			Acabamento Na Cor Branca; Volante No Modelo Universal, Com 11 Cm de Comprimento; Bica do		
<b>32</b>	20	Unid.	Trena; Em Fita de Aco, Largura Minima 19mm; Com Trava de Botao, Graduacao Em Escala Metrica Epolegadas, Retorno Automati	5984734	393216
<b>33</b>	1	Jogo 176 peças	Caixa de Ferramenta; de Aco, Pintura Eletrostatica,dimensoes Aprox.530x220x350, Caixa Sanfonada Com 7 Gavetas e 176 Peca	6525350	636702
<b>34</b>	1	Unid.	Jogo de Ferramenta; Kit de Ferramentas; Em Aco Cromo/vanadium; Composta de 200 Pecas Com Garantia Minima de 06 Meses; Ac	4616367	604418
<b>35</b>	40	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 25 Mm; Altura Minima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Minima de Apr	4307739	476081
<b>36</b>	20	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 60 Mm; Altura Minima de 47 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco	4426274	618849
<b>37</b>	10	Embalagem 6 unidades	Caneta Marca Texto; Corpo de Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5 Mm; Kit Com Cores Sortidas; Deve Estar de Acordo C/a Norma	5414792	338120
<b>38</b>	10	Caixa 12 Unid.	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobut	5898129	321034
<b>39</b>	20	Unid.	Corretivo de Papelaria; Em Fita; para Correcao de Textos; Formato Ergonomico Com Tampa Protetora, Medindo (5mm x 5,5m);	6141536	624178
<b>40</b>	10	Embalagem 10 unidades	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (12mm x 10m) (larg.x Compr.); Em Cores Sortidas; Tipo Comum;	6251412	628550
<b>41</b>	40	Rolo 50 Metros	Fita Autoadesiva para Vedacao; de Papel, Tipo Crepe, Com Dorso de Papel Crepado Tratado; Com Largura de 50mm; Acondionad	6132049	626828
<b>42</b>	20	Unid.	Grampeador Automatico; de Mesa, Compacto; Acionamento Automatico; Estrutura Metalica; Corpo Na Cor Preta; Medindo 13.5 C	5183227	310234
<b>43</b>	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo (205x297)mm, Vertical; Capa Pesando	4346343	463287

			1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2;		
<b>44</b>	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x297)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesand	4348400	463284
<b>45</b>	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x300)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesan	3160947	463253
<b>46</b>	10	Unid.	Organizador de Mesa; de Acriclico; Com Compartimento para Com 5 Divisórias; Tipo Simples; No Formato (17 x 11 x 10)cm; T	6540783	623142
<b>47</b>	30	Caixa 10 Resmas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso;	2903881	461828
<b>48</b>	10	Pacote 500 Folhas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,	1022750	461855
<b>49</b>	10	Caixa 10 Unid.	Pasta Corrugada; de Polipropileno; Com Aba e Elastico; Medindo 380 x 276 Mm; Lombada de 40mm; Na Cor Cristal Translucido	4801490	625931
<b>50</b>	100	Unid.	Pasta Simples (papelao); de Cartao, Com Aba e Elastico; Pesando 300g/m2; Tamanho Oficio, Com Ilhoses de Metal; Na Cor Pr	6077935	419779
<b>51</b>	20	Unid.	Prancheta Portatil; de Poliestireno (ps); Tamanho Oficio, Espessura 3mm; Com Prendedor Metalico, Com Regua; Na Cor Crist	6109314	439975
<b>52</b>	2	Caixa 12 Unid.	Umedecedor de Dedos; Suporte de Plastico,contendo 20g; Tipo Creme; Composto de Acido Graxo,glicos,coranteAlimenticio e	1324926	386807
<b>53</b>	20	Unid.	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro,devendo Esta de Acord	5260515	376175
<b>54</b>	1	Unid.	Rasqueadeira; para Caes, Com Cabo Removivel para Limpeza Da Lamina; Em Aco Inox;	2198665	296945
<b>55</b>	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Colete para Treinamento de Cães de Trabalho; Confeccionado Em Nylon, C	6536670	260484

<b>56</b>	1	Unid.	Focinheira; de Combate; de Couro, Com Revestimento Interno para Conforto,fivelas Latao, Rebites Anti Ferrugem; Contem Ch	5759390	335149
<b>57</b>	1	Unid.	Focinheira; Tamanho Nr 4, para Contencao de Caes de Porte Medio; Em Plastico Polipropileno, Em Forma de Cone, Com Toda B	6317464	315469
<b>58</b>	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Guia de Treinamento; Confeccionada Em Fita Emborrachada,com Mosquetao	6346456	624464
<b>59</b>	4	Unid.	Medicamentos de Uso Veterinario; Vacina 10 Plus para Caes, Contra Cinomose, Adenovirus Tipo 2, Parainfluenza,Parvovirus;	5472849	439507
<b>60</b>	12	Saco 20 Kg.	Racao para Cao e Gato; Adulto de Trabalho, Super Premium, Seca, Extrusada; Composta de No Minimo Farinha de Visceras, Qu	5592054	454130
<b>61</b>	100	Aerosol 360 Mililitro	Desodorizador Ambiental; Tipo Aerossol; Aroma Lavanda; Composto de Propelentes (isobutano e Propano) Monooleato Sorbitan	6120296	261168
<b>62</b>	100	Aerosol 360 Mililitro	Inseticida Domestico; Aerosol; Composto de Ingredientes Ativos:imiprotrina 0,07%,cipermetrina 0,20%; Solvente,antioxidan	6375804	436475
<b>63</b>	400	Bobina 3 quilograma	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,03micr	2149915	457815
<b>64</b>	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 30 Litros; Medindo (59 x 62)cm (l x A); Preto; Suportand	1520911	374970
<b>65</b>	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 50 Litros; Medindo (63 x 80)cm (l x A); Preto; Suportand	1539973	226093
<b>66</b>	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno, Reforcado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (l x A); Pre	1539990	626243
<b>67</b>	4	Unid.	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 245/70 R16; Construcão Radial Com Desenho Simetrico; Somente para Asfalto, Sem Cam	5367239	638523
<b>68</b>	20	Bobina 500	Saco Em Bobina P/embalagem; Em	2412640	309529



		unidade	Polietileno(virgem); Medindo (20x30)cm; Com Picote; Suportando Ate 1,5kg; Com Espessura d		
--	--	---------	---	--	--

## 2. Agrupamento dos Materiais

<b>Grupo</b>	<b>Natureza dos Materiais</b>	<b>Itens</b>
I	Informática e Telecomunicações	1 a 23
II	Manutenção Predial, Elétrica, Hidráulica e Ferramentas	24 a 36
III	Materiais de Expediente e Apoio Administrativo	37 a 53
IV	Materiais destinados ao Canil Institucional	54 a 60
V	Materiais de Limpeza, Higienização e Acondicionamento	61 a 66
VI	Material para Veículo Oficial	67
VII	Material para Embalagem	68

## 3. Conclusão

Os quantitativos constantes deste Anexo mostram-se compatíveis com as necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso, tendo sido definidos com base em critérios objetivos de consumo, reposição de estoques e previsão de utilização, atendendo às exigências de planejamento previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 68.017/2023.

**JOYCE FABIANA MACHI**

Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos  
Complexo Penal de Valparaíso

**ANEXO II**

**[MINUTA DE NOTA DE EMPENHO]**



# Governo do Estado de São Paulo

## NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE0XXXX

UG	380168 - COMPLEXO PENAL DE VALPARAISO				
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO				
Data de Emissão	DIAMÊSANO				

CNPJ/CPF/UG	00000000000000 - FORNECEDOR				
Credor	FORNECEDOR				
Endereço	ENDERÇO FORNECEDOR				
Cidade	CIDADE FORNECEDOR	UF	SP	CEP	00000-000

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38003	144213815XXXX0000	150010001	339030XX	380012	009.003.0710	3803XX

No Processo	20260247974	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2026CT00XXX	Nº OC	

Valor do Empenho R\$	XXXXXX,XX (valor em reais, por extenso)
----------------------	---

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>0X</td><td>XXXXXX,XX</td></tr></table>	Mês	Valor	0X	XXXXXX,XX
Mês	Valor				
0X	XXXXXX,XX				

Sequência	001	Item	00XXXXXXXX	Unid. Forn.	0000X
Quantidade	00000000X,000	Valor Unitário	XXXXXX	Preço Total	XXXXXX,XX
Descrição					
DESCRIÇÃO DO ITEM CONFORME CÓDIGO BEC					



# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	XXXXXXXXXX
Local de Entrega	ESTRADA MUNICIPAL VPS 012 - VPS 351
Data de Entrega	DIAMÊSANO

THIAGO GONFIANTINI JUNQUEIRA  
22164027884  
**Ordenador da Despesa**

Responsavel pela emissão	JOYCE FABIANA MACHI - 380168
--------------------------	------------------------------

**ANEXO III****[ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEL]  
RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024**

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

**§ 3º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 4º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 5º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

**Artigo 6º** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

- I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;
- II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;
- III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8º** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

**I** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**b)** 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

**c)** Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**II** - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

**III** - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

**I** - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

**Parágrafo único** – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

### **Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO III**

### **DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.



**Artigo 20** - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único** – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Artigo 23** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

**Artigo 35** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

Processo SEI 006.00108346/2026-33

**ANEXO IV****MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA****ANEXO IV.1****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

PROCESSO N.º 006.00108346/2026-33 – Código Único: 20260247974

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026 -CPVALP

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBJETO: **Aquisição de materiais de expediente e informática, materiais para conservação e manutenção predial, ferramentas e materiais de apoio operacional para atendimento das necessidades das unidades integrantes do Complexo Penal de Valparaíso.**

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO CADMAT	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90006/2026-CPVALP, Processo SEI nº 006.00108346/2026-33, Código SIAFEM nº 20260247974, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VII****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	QUANT.	UNID. FORN.	DISCRIMINAÇÃO DA MERCADORIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	10	Unid.	Bateria para Microcomputador; Marca Pc; Modelo Cr-2032; Tipo Litium; Tensão Nominal 3 V; Intensidade Da Corrente 4,5 A; Garantia 12 Meses; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Nbr7039; Conama 401/2008;	R\$ 1,99	R\$ 19,90
2	10	Unid.	Caixa de Som para Computador; 220w (pmpo), Rms 10w, Sensibilidade &#8805;60db, r de Ruído &#8805;40db, Com Proteção Magnética; Liga/desliga (push-boton), Led Indicador e Botão de Volume, Entrada para Fone de Ouvido 3.5mm; Com Manual Técnico, Cabo de Alimentação 1,40m, Cabo de Audio 1,35m; Alimentação Via Usb, Resposta de Frequência 140hz- 18khz; Na Cor Preta; Garantia 12 Meses;	R\$ 32,00	R\$ 320,00
3	200	Unid.	Conectores; para Placa de Rede; Modelo Rj45 de Passagem (vazado) Macho; Embalagem Adequada; Em Pvc, Categoria 5e, Padrões de Montagem T568a Et568b, 8 Vias; Garantia 12 Meses;	R\$ 0,29	R\$ 58,00
4	20	Unid.	Conectores; de Fibras Ópticas a Unidade Epon; Modelo Sc/pc Padrão Sfp; Padrão IEEE 802.3ah; Garantia de 12 Meses;	R\$ 6,10	R\$ 122,00
5	2	Unid.	Disco Rígido; Padrão SATA III, Nas Compatível Com Storage Ts451+, Tamanho de 3,5, Memória Cache No Mínimo 256mb; de 6tb, Limite de Carga de Trabalho de No Mínimo 180tb/ano; de 7.200 Rpm, Taxas de Dados Sustentadas de No Mínimo 180 Mb/s e Taxa Máx de Transf de Dados de 6 Gb/s; Garantia de 12 Meses;	R\$ 1.789,95	R\$ 3.579,90
6	10	Unid.	Disco Rígido; Padrão Ssd, Com Interface de Conexão SATA III (06 Gb/s); de 512 Gb, Tamanho de 2.5", Velocidade de Leitura De 550 Mb/s, Velocidade de Gravação de 520 Mb/s; Garantia de 12 Meses; Com Software de Clonagem;	R\$ 455,99	R\$ 4.559,90

<b>7</b>	20	Unid.	Dispositivo de Armazenamento; Pen Drive, Usb 2.0, Na Cor Preta; Com Capacidade de 64 Gb;	R\$ 38,49	R\$ 769,80
<b>8</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L380, Ref. T664120al (664); Na Cor Preta; Frasco Com 70 ML; Original do Fabricante do Equipamento, Componentes 100% Novos; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	R\$ 101,99	R\$ 203,98
<b>9</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia T664220al (664); Na Cor Ciano; Frasco Com 70 ML; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima 12 Meses Da Data de Entrega;	R\$ 42,00	R\$ 84,00
<b>10</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664320al (664); Na Cor Magenta; Frasco Com 70 ML; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	R\$ 59,00	R\$ 118,00
<b>11</b>	2	Unid.	Refil para Cartucho de Impressora; Epson; Serie: Eco Tank L396; Referencia: T664420al (664); Na Cor Amarela; Frasco Com 70 ML; Componentes 100% Novos, Original do Fabricante Doequipamento; Com Validade Minima de 12 Meses Da Data de Entrega;	R\$ 48,89	R\$ 97,78
<b>12</b>	5	Unid.	Cartucho de Toner Compativel para Impressora; Hp;Codigo de Referencia : Ce285a; Utilizado para Serie : Laserjet P1102/m1132/m1212/m1214/m1217; Na Cor Preta; Fabricado Com Componentes 100% Novos; Com Capacidade para Imprimir 1.600 Paginas; Atendendo Norma Abnt 19798/11; Com Validade Minima,a Partir Da Data de Entrega de 12 Meses; Com Identificacao do Fornecedor Na Embalagem;	R\$ 51,69	R\$ 258,45

13	20	Unid.	Mouse; Confeccionado Em Plastico Na Cor Preta; Sensor C/rastreamento 1:1;ips de 400+ Resolução Dpi de 100 a 16000, Com Microprocessador 32 Bits Arm; Com 6 Botoes Programaveis; Com Botão para Controle de Dpi: 800/1200/1600 Dpi (ajustavel); Compativel Com Windows7. Windows 8, Windows 10 Ou Posterior; Com Conector Usb, Cabo de 2,10m; Resolucao 16000 Dpi, Tx de Transmissão 1000hz, 1ms, 16bits/eixo, Com Rgb e Tensionamento Mecânico Nos Botões; Garantia 12 Meses;	R\$ 28,06	R\$ 561,20
14	20	Unid.	Teclado para Microcomputador; Multimidia, Na Cor Preta, Com Pes de Apoio para Elevacao e Teclado Numerico; Teclas de Funcao Na Posicao Horizontal; Disposicao Das Teclas Padrao Abnt2, 108 Teclas do Tipo Chiclete, Teclas de Atalho,volume, Mudo, Leitura/pausa, Retrocesso/avanco; Com Conector Usb; Garantia 12 Meses; Norma Abnt2;	R\$ 49,95	R\$ 999,00
15	7	Unid.	Placa de Rede; Interface de Comunicacao de Rede Local; Barramento Pci 32 Bits; 10/100/1000 Mbps; Padrao Dos Conectores 01 Rj-45; Leds Indicadores para Link/atividade; Protocolos Suportados Ethernet, Fast Ethernet e Gigabit Ethernet; Sistema Operacional Compativel Windows 7/8.1/10 (x86/x64); Normas IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab; Garantia 12 Meses; Com Manual; Com Drivers de Instalacao;	R\$ 98,75	R\$ 691,25
16	7	Unid.	Switch; Rede Local; Tipo Não Gerenciavel; Fonte de Energia Externa Saída 5vdc/0.6a; Com 8 Portas 10/100/1000mbps Rj-45; IEEE 802.3i 802.3u 802.3ab 802.3x Interface 8x 10/100/1000mbps Autonegociação/auto Mdi/mdix; Leds de Sinalizacao para Atividade do Link, Escalona Sp e Wrr Individual P/porta Gvrp; Recon e Atrib Auto Voice Vlan; Garantia Minima de 12 Meses.; Acompanhado de Manuais de Operacao, Instalacao e Configuracao Em Portugues/ingles;	R\$ 94,00	R\$ 658,00

17	20	Unid.	Maquina de Calcular; de Mesa, Eletronica; Comum, Na Cor Preta; Medindo Minimo 14,9cm x 12cm (axl); Contendo As Funcoes Gt, Apaga Ultimos Caracteres, Correcao de Digitacao, Duplo Zero; Contendo 4 Operacoes, Arredondamento, Raiz Quadrada, Somatoria Total; Visor Em Cristal Liquido, Visor Inclinado; Com No Minimo 12 Digitos; Sem Bobina; Alimentacao Solar e Por Bateria, Nao Recarregavel; Garantia Com Validade Minima de 12 Meses a Partir Da Data Da Entrega;	R\$ 29,40	R\$ 588,00
18	50	Unid.	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5 V; No Tamanho Pequeno - Aa; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Abnt 11175/90, Validade Mínima de 12 Meses No Atoda Entrega;	R\$ 2,40	R\$ 120,00
19	10	Unid.	Relogio de Escritorio; de Polipropileno, Com Aro Preto, Vidro Frontal de Protecao, Mostrador Branco; Modelo Parede, medindo Aproximadamente 25 Cm de Diametro; Funcionamento a Pilha do Tamanho Aa; Mostrador Com Numeros Inteiros, Preto, ponteiros de Horas, minutos e Segundos;	R\$ 45,00	R\$ 450,00
20	2	Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital (telefone Com Base + 2 Ramais); Antena Interna Roaming e Handover; Operando Na Frequencia de 1,9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregavel 600 Mah; Com Alacance Em Ambiente Fechado de 50 M; Com Alcance Em Ambiente Aberto de 300 M; Posicao de Mesa; Com Capacidade para No Minimo 35 Posicoes Na Armazenagem de Ligacoes; Com Viva Voz; Com Tempo de Flash 100, 300, 600 Ou 900ms; Preto; Com Display Luminoso; Com Conexao para Conector 3.5 Mm; Com Garantia de No Minimo 1 Ano; Homologado de Acordo Com Resolucao Da Anatel Nº 242;	R\$ 271,00	R\$ 542,00



21	10	cx. 1 Unid.	Telefone Sem Fio; Com Tecnologia Digital; Operando Na Frequencia de 1.9 Ghz; Com Fonte de Alimentacao Bivolt; Com Bateria do Tipo Recarregável; Com Capacidade para No Minimo 70 Contatos; Com Viva Voz; Com Identificador de Chamada; Com Display Luminoso 1,5 "; Com Garantia de No Minimo 12 Meses; Homologado de Acordo Com Resolução Anatel 715;	R\$ 153,00	R\$ 1.530,00
22	10	Unid.	Telefonia; Telefone, Mesa e Parede; Com Teclado Decadico; 5 Funcoes (flash, Tom, Mudo, Pausa e Rediscar); 2 Ou 3 Niveis de Volume e Tonalidade de Melodia, Sinalizacao de Linha Pulso e Tom; Tempo de Flash 100 a 300 Ms, Plug Padrao Telebras, Nas Cores Bege, Gelo Ou Artico; Conforme Ee-98302xx/756-001 do Metro; Codigo de Material do Metro - 4tf443268;	R\$ 65,90	R\$ 659,00
23	20	Unid.	Bateria para Radiocomunicador Portatil; Marca Motorola, Modelo Apx 2000, Codigo Original Nntn8128br, 2000mah, 14.8wh; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Resolução Conama Nº 257 de 30/06/99;	R\$ 239,00	R\$ 4.780,00
24	20	Unid.	Lanterna Tatica; Fabricada Em Alumínio Anodizado Preto; Com Potencia de No Minimo Fluxo Luminoso: 11.000 Lumens; Com Autonomia de No Mínimo 90hs; Com Alimentacao de Entrada Usb - Recarregável; No Comprimento Aproximado de 18 e 22 Cm; Com Peso de Aproximadamente Variavel; Lampada de Cree Led T6; Lente Composta de Transparente; Com Resistencia a Impactos, Corrosao, Riscos e Agua, Com Aneis de Vedacao; Na Cor Preto Fosco Predominante; Botao de Acionamento de Tipo Liga/desliga Emborrachado, Com Opções de Intensidade e Estrobo; Com Acabamento Anodizado; Com Acessorios de Carregador Bivolt; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Legislacao Vigente, Garantia Minima de 12 Meses;	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00

25	150	Unid.	Soquete para Lampada; Incandescente; de Porcelana; Material Interno Metal Condutor; Rosca Redondo; 250 V.; Tamanho E27; Norma de Especificacao Conforme Nbr Vigente;	R\$ 6,60	R\$ 990,00
26	100	Unid.	Tomada Eletrica; de Termoplastico; de De Sobrepor; No Formato Hexagonal; Com 2 Polos + Terra, Padrao Brasileiro; Redondo; Na Cor Branca; Com Capacidade Eletrica de 10a - 250v; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com As Normas Nbr/abnt Vigentes;	R\$ 8,00	R\$ 800,00
27	10	Unid.	Massa Plastica; Composta de Resina Poliester; para Vedacao e Reparos Em Superficies, Em Conformidade Com Nbr14725; Embalado Em Lata, Com Validade Minima de 9 Meses; Com Capacidade para 400 G, Devera Ser EntregueAcompanhada de Ficha Fispq;	R\$ 28,25	R\$ 282,50
28	1	Unid.	Tanque para Lavar Roupa; de Polipropileno Resistente a Acao de Produtos Quimicos; Possui Aditivo Anti-uv; No Formato Retangular; Com Dimensoes de 55 x 47 Cm (cxl); Cuba Medindo 31,1 Cm (a); Fixacao Na Parede; Acompanha Valvula de diametro de 1 1/4", Parafusospara Fixacao, Tampa de Valvula e Dois Espacadores; Capacidade: Volume Util Min. 19lts, Volume Total 34lts;cor: Branco; Porta-sabonete;garantia 3 Meses;	R\$ 392,50	R\$ 392,50
29	45	Galão	Tinta Esmalte para Construcao Civil; Sintetico, Desempenho Premium, Diluicao Em Agua, Sem Cheiro; para Uso Externo e Interno; a Base de Resina Acrilica Modificada, Pigmentos, Microbicidas Nao Metalicos, Outros Aditivos e Agua; Rendimento Minimo de 55m2/galao/demao,viscosidadeentre 75 a 85uk; Na Cor Marfim Notacao Ral 1014 (comercialmente Marfim 0668); Acabamento Brilhante, Secagem Rapida Ao Toque de Nomaximo 1 Hora,devendo Apresentar a Ficha Tecnica; e Ficha Fispq do Produto, Com Prazo de Validade Minimo 24 Meses a Partir do Recebimento; Conforme Norma	R\$ 94,90	R\$ 4.270,50

			de Classificacao Abnt Nbr 11702 Tipo 4.2.1.2 Ou Superior;		
30	10	Lata 18 Litros.	Tinta para Pisos e Pavimentos; Resina Acrilica Estirenada a Base de Solvente; Resistencia a Abrasao e Intemperies; Acabamento Antiderrapante; para Pintura C/ Medio e Alto Volume de Trafego; Indicada para Aplicação Em Pavimentos Betuminosos e de Concreto; Na Cor Cinza Escuro (munsell: n 3,5); Com Tempo de Secagem Secagem Rapida "no Pick-up Time" Maximo de 20 Minutos (conforme Nbr. 11862); Fornecida Em Galao de 18 Litros;	R\$ 291,45	R\$ 2.914,50
31	200	Unid.	Torneira; de Polipropileno; Com Acabamento Na Cor Branca; Volante No Modelo Universal, Com 11 Cm de Comprimento; Bica do Tipo Fixa Com Arejador; Fixacao Em Parede; Com Encaixe 1/2 Polegada; Bitola Da Saida 1/2 Pol.; Utilizada Em Lavatório; Com Garantia de Com Garantia de 01 Ano.;	R\$ 7,90	R\$ 1.580,00
32	20	Unid.	Trena; Em Fita de Aco, Largura Minima 19mm; Com Trava de Botao, Graduacao Em Escala Metrica Epolegadas, Retorno Automatico, Ponta Magnetica; 5 Metros;	R\$ 17,50	R\$ 350,00
33	1	Jogo 176 peças	Caixa de Ferramenta; de Aco, Pintura Eletrostatica,dimensoes Aprox.530x220x350, Caixa Sanfonada Com 7 Gavetas e 176 Pecas; Conj 9 Chaves Trafix, 3 Juntas Universal, 4 Cabost, 3 Catracas, 2 Adaptador p Bits,; 1 Chave p Soquete, 1 Jogo de Chaves Hexagonais 9 Peças 1.5 Ate 10m; 12 Chaves Combinadas 8 a 19mm, 106 Soquetes, Bits24, Ferramentas Acompanham a Caixa; Preta;	R\$ 582,33	R\$ 582,33
34	1	Unid.	Jogo de Ferramenta; Kit de Ferramentas; Em Aco Cromo/vanadium; Composta de 200 Pecas Com Garantia Minima de 06 Meses; Acondicionado Em Maleta Propria; Contendo :chave Inglesa, Puncao, Alicate, Pinca, Catraca P/ Chave de Fenda, Trena 5mt; Fixador de Soquete, Bit Flexivel de 300mm., Mini Lanterna, Estilete, Calibrador de Profundidade; Nivelador, Broca Guia Serra Copo, Escareador, Chave Allen 2,5 P/ Limit.de	R\$ 650,00	R\$ 650,00

			Profundidade,soquetes; Porta Bits Engate Rapido, Limit.de Profundidade,chaves Soquetes,bits de Parafusadeira 25,50,100 Mm; Brocas Hss-tin, Brocas P/ Madeira, Brocas P/ Concreto, Brocas Chatas, Kit Serra Copo;		
35	40	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 25 Mm; Altura Minima de Aproximadamente 26 Mm; Espessura Minima de Aproximadamente 13 Mm; Haste de Aco Com Revestimento Cromado Ou Similar; Altura Minima de Aproximadamente 17 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de Aproximadamente 13,3 Mm; Espessura Minima de Aproximadamente 4,5 Mm; Com 4 Pinos; Chave Comum; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	R\$ 19,00	R\$ 760,00
36	20	Unid.	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Minima de 60 Mm; Altura Minima de 47 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 35 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 33 Mm; Espessura Minima de 10 Mm; Com 16 Pinos; Com Chave Tipo Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	R\$ 60,66	R\$ 1.213,20
37	10	Embalagem 6 unidades	Caneta Marca Texto; Corpo de Polipropileno Opaco; Ponta 3 a 5 Mm; Kit Com Cores Sortidas; Deve Estar de Acordo C/a Norma Vigente Obrigatoria Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236 e Atualizacoes;	R\$ 16,10	R\$ 161,00
38	10	Caixa 12 Unid.	Cola de Papelaria; Bastao; para Multiuso; 3-iodo-2-propinil Butilcarbamato, Glicerina, Hidroxido de Sodio, 2-aminoisobutano; Agua,sacarose, Copolimero Acrilico, Polimero de N-vinilpirrolidinona, Estearato de Sodio; Acondicionada Em Tubo; Branca; Com Validade Minima de 12 Meses;	R\$ 28,48	R\$ 284,80

39	20	Unid.	Corretivo de Papelaria; Em Fita; para Correcao de Textos; Formato Ergonomico Com Tampa Protetora, Medindo (5mm x 5,5m); e Suas Condiçoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Nbr-15236; Com Certificacao Compulsoria Inmetro, e As Suas Atualizacoes Posteriores;	R\$ 11,98	R\$ 239,60
40	10	Embalagem 10 unidades	Fita Adesiva de Papelaria; de Polipropileno (pp); Medindo (12mm x 10m) (larg.x Compr.); Em Cores Sortidas; Tipo Comum;	R\$ 29,42	R\$ 294,20
41	40	Rolo 50 Metros	Fita Autoadesiva para Vedacao; de Papel, Tipo Crepe, Com Dorso de Papel Crepado Tratado; Com Largura de 50mm; Acondionada Em Rolo; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	R\$ 16,47	R\$ 658,80
42	20	Unid.	Grampeador Automatico; de Mesa, Compacto; Acionamento Automatico; Estrutura Metalica; Corpo Na Cor Preta; Medindo 13.5 Cm de Comprimento; Base de Borracha; Capacidade para Grampear Capacidade para Grampear 20 Folhas (papel 75 G/m2); Ajuste de Profundidade e do Tipo de Grampeamento; Grampo 26/6; Sistema Magnetico de Velocidade 1/100 Segundos; Manual; Com Garantia de 2 Anos a Partir Da Data de Entrega;	R\$ 44,49	R\$ 889,80
43	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo (205x297)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 50 Folhas (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	R\$ 19,00	R\$ 570,00
44	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x297)mm Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 100 Fls (numeradas); Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	R\$ 19,05	R\$ 571,50
45	30	Unid.	Livro Ata de Papelaria; Medindo No Minimo (205x300)mm, Vertical; Capa Pesando 1250g/m2; Revestida Com Papel Kraft, Pesando 80g/m2; Na Cor Preta; Com 200 Folhas, Numeradas; Papel Off-set, Pesando 56g/m2;	R\$ 40,90	R\$ 1.227,00

46	10	Unid.	Organizador de Mesa; de Acrylic; Com Compartimento para Com 5 Divisórias; Tipo Simples; No Formato (17 x 11 x 10)cm; Transparente;	R\$ 90,00	R\$ 900,00
47	30	Caixa 10 Resmas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Minima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
48	10	Pacote 500 Folhas	Papel Sulfite de Papelaria; Gramatura 75g/m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Opacidade Minima de 87%; Umidade Entre 3,5%(+/-1,0),conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Amarela; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem;	R\$ 38,56	R\$ 385,60
49	10	Caixa 10 Unid.	Pasta Corrugada; de Polipropileno; Com Aba e Elastico; Medindo 380 x 276 Mm; Lombada de 40mm; Na Cor Cristal Translucido;	R\$ 66,99	R\$ 669,90
50	100	Unid.	Pasta Simples (papelao); de Cartao, Com Aba e Elastico; Pesando 300g/m2; Tamanho Oficio, Com Ilhoses de Metal; Na Cor Preta;	R\$ 3,25	R\$ 325,00
51	20	Unid.	Prancheta Portatil; de Poliestireno (ps); Tamanho Oficio, Espessura 3mm; Com Prendedor Metalico, Com Regua; Na Cor Cristal;	R\$ 10,92	R\$ 218,40
52	2	Caixa 12 Unid.	Umedecedor de Dedos; Suporte de Plastico,contendo 20g; Tipo Creme; Composto de Acido Graxo,glicos,coranteAlimenticio e essencia Aromatica;	R\$ 35,00	R\$ 70,00

53	20	Unid.	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;	R\$ 60,93	R\$ 1.218,60
54	1	Unid.	Rasqueadeira; para Caes, Com Cabo Removivel para Limpeza Da Lamina; Em Aco Inox;	R\$ 59,50	R\$ 59,50
55	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Colete para Treinamento de Cães de Trabalho; Confeccionado Em Nylon, Com 4 Bolsos Frontais e Um Bolso Grande Na Parte Posterior, Alta Resistência; Nylon 240 Resinado, Velcro 25mm Premium, Meia Argola 16mm de Ferro, Linha Poliamida 40; Linha Poliamida 40, Fita de Nylon Cl 1,5cm, Espessura 2mm, Viés de Nylon 3cm, Viés de Nylon 2,5cm; Tela Vôlei (forro do Colete), Zíper Comum 65cm;	R\$ 228,95	R\$ 228,95
56	1	Unid.	Focinheira; de Combate; de Couro, Com Revestimento Interno para Conforto,fivelas Latao, Rebites Anti Ferrugem; Contem Chapa Metalica Frontal para Treinamento Deprotecao; Tamanho "m", Indicada para Caes, Apropriada para Pastor Belga Malinois e Pastor Alemao, Acima 40kg;	R\$ 78,99	R\$ 78,99
57	1	Unid.	Focinheira; Tamanho Nr 4, para Contencao de Caes de Porte Medio; Em Plastico Polipropileno, Em Forma de Cone, Com Toda Borda Protegida Por Borracha; Com Fecho Ajustavel Em Velcro Reforcado;	R\$ 39,90	R\$ 39,90
58	1	Unid.	Equipamentos de Adestramento e Manejo de Animais; Guia de Treinamento; Confeccionada Em Fita Emborrachada,com Mosquetao de Latao Macico; Medindo 1,5metros;	R\$ 103,00	R\$ 103,00

59	4	Unid.	Medicamentos de Uso Veterinario; Vacina 10 Plus para Caes, Contra Cinomose, Adenovirus Tipo 2, Parainfluenza, Parvovirus; Coronavirus e Leptospira Canicola-grippotyphosa-icterohaemorrhagiae-pomona; a Fracao Liofilizada Correspondente a 1 Dose de 1ml e e Constituida Dos Virus Vivos; Apresentado Em Frasco Ampola de Po, e Frasco Ampola de Diluente Especifico, Nr do Lote e Data de Fabricacao;	R\$ 78,26	R\$ 313,04
60	12	Saco 20 Kg.	Racao para Cao e Gato; Adulto de Trabalho, Super Premium, Seca, Extrusada; Composta de No Minimo Farinha de Visceras, Quirera de Arroz, Gordura Animal; Vitaminas Minimas: a 10800ui/kg, c 120mg/kg, D3 1000ui/kg, e 400ui/kg, B1, B2, B6 e B12; Condroitina, Glicosamina, Energia Metabolizavel Minima de 4000kcal/kg; Sodio, Potassio Minimo 4500mg/kg; Niveis de Garantia: Calcio Entre 7000mg/kg e 18g/kg; Fosforo Minimo 6000mg/kg; Umidade Maxima 120g/kg; Proteina Bruta Entre 280g/kg e 320g/kg; Extrato Etereo Entre 160g/kg e 220g/kg; Materia Fibrosa Entre 14g/kg e 40g/kg; Materia Mineral Maxima de 90g/kg; Sem: Antibiotico, Soja (exceto Proteina Hidrolisada), Corantes e Aromatizantes Artificiais; Com Validade Minima de 270 Dias Da Data Da Entrega; Embalado Em Em Polietileno Ou Polipropileno, Saco Com Fotoprotetor Ou Aluminizado; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Instrucao Normativa 30/2009 do Ministerio Da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento; Rotulagem Impressa Na Embalagem;	R\$ 281,48	R\$ 3.377,76
61	100	Aerosol 360 Mililitro	Desodorizador Ambiental; Tipo Aerossol; Aroma Lavanda; Composto de Propelentes (isobutano e Propano) Monooleato Sorbitan, Fosfatos; Em Frasco de Aluminio, Que Mantenha a Integridadedo Produto; Produto Sujeito, Na Data Da Entrega, Aos Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	R\$ 8,40	R\$ 840,00



62	100	Aerosol 360 Mililitro	Inseticida Domestico; Aerosol; Composto de Ingredientes Ativos:imiprotrina 0,07%,cipermetrina 0,20%; Solvente,antioxidante,emulsificante,veiculo e Propelentes; P/ Controle de Insetos Rasteiros Como:baratas,formigas Doceiras,aranhas e Escorpioes; Aplicacao 360º; Embalado Em Embalagem Adequada; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Administrativos Determinados Pela Anvisa;	R\$ 17,84	R\$ 1.784,00
63	400	Bobina 3 quilograma	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,03micras; Transparente;	R\$ 34,35	R\$ 13.740,00
64	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 30 Litros; Medindo (59 x 62)cm (l x A); Preto; Suportando 6 Kg; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	R\$ 13,80	R\$ 2.760,00
65	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno; Com Capacidade de 50 Litros; Medindo (63 x 80)cm (l x A); Preto; Suportando 10 Kg; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	R\$ 14,00	R\$ 2.800,00
66	200	Pacote 100 unidade	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Polietileno, Reforcado; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo (75 x 105)cm (l x A); Preto; e Suas Condições Deverao Estar de Acordo Com a Nbr 9191:2008 e Alteracoes Posteriores;	R\$ 32,77	R\$ 6.554,00
67	4	Unid.	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 245/70 R16; Construção Radial Com Desenho Simetrico; Somente para Asfalto, Sem Camara, Aderencia Pistamolhada C, Ruido <72db, Resist. Rolamento C; Aro 16; Velocidade 't', Ic 111; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro e Conforme Sua Portaria 544/2012;	R\$ 688,94	R\$ 2.755,76
68	20	Bobina 500 unidade	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno(virgem); Medindo (20x30)cm; Com Picote; Suportando Ate 1,5kg; Com Espessura de 0,03 Micras; Transparente;	R\$ 18,90	R\$ 378,00